

Educação física no ensino médio: um direito ameaçado

Physical Education in high school: a threatened right

Lucas Monteiro¹

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão teórica acerca da realidade escolar brasileira em relação à Educação Física. A abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Verifica-se a obrigatoriedade da disciplina na escola e direcionamento de uma educação crítica e contextualizada com a realidade por parte do Estado, que contraditoriamente não oferece condições adequadas para a prática. Verifica-se o descaso com a disciplina por parte das escolas, que não consideram sua amplitude e importância. Conclui-se que a Educação Física no ensino médio é um direito ameaçado, que a prática diária da disciplina pode contribuir de forma positiva para a saúde e apreensão crítica dos conhecimentos relativos à cultura de movimento para estudantes do ensino médio.

Palavras chave: Educação física. Ensino médio. Educação. Saúde.

Abstract

The present work presents a theoretical reflection about the Brazilian school reality in relation to Physical Education. The methodological approach used is bibliographic research. By the State it is obligatory the subject at school and a direction of critical education contextualized with reality, which contradictorily does not offer adequate conditions for practice. There is a disregard for discipline on the part of schools, which do not consider its breadth and importance. It is concluded that Physical Education in high school is a threatened right, that the daily practice of the discipline can contribute positively to health and critical apprehension of the knowledge related to the culture of movement for high school students.

Key words: Physical Education. High school. Education, Health.

¹ Graduado em Educação Física (UEG). Mestre e doutorando em Performances Culturais (UFG). Atleta e professor de karate, faixa preta no estilo Uechi-Ryu. Praticante e atleta de jiu-jitsu. E-mail: <professormonteiroef@gmail.com>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5919186048570621>

Introdução

A Educação Física é uma área do conhecimento que está inserida na educação básica brasileira dos primeiros anos até o ensino médio. Em escolas particulares e escolas públicas a disciplina sempre teve caráter obrigatório, com algumas especificidades em relação à dispensa de alunos das aulas, entretanto, nas últimas décadas a disciplina perdeu carga horária e sofreu mudanças de paradigmas. A educação básica brasileira se modificou e os últimos anos escolares relativos ao ensino médio ganharam cada vez mais aspectos preparatórios para o vestibular. Essas mudanças acabaram por abrir questionamentos em relação à relevância de algumas disciplinas no ensino médio, entre elas a Educação Física.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo descrever, de acordo com a literatura consultada, este cenário que apresenta uma Educação Física considerada desnecessária para o jovem do ensino médio, por parte do Estado e também de escolas públicas e particulares, executando a proposição da justificativa deste componente curricular como relevante e necessário. A abordagem metodológica utilizada neste texto foi a de pesquisa bibliográfica, buscando abordar o problema de forma teórica (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A princípio será descrita a relação da legalidade da Educação Física no ensino médio, buscando descrever a posição oficial do Estado através de documentos oficiais que norteiam a educação básica no Brasil. Na sequência serão discutidos os problemas enfrentados para que a Educação Física seja executada conforme sua relevância como área de conhecimento nas escolas brasileiras. Por fim serão executadas proposições que reafirmam a necessidade de que esta disciplina não seja excluída do currículo escolar e não seja negligenciada pelas escolas.

Educação Física no ensino médio

É possível iniciar a discussão com o documento que dita as diretrizes da educação nacional. A lei 9394/96 conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) caracteriza os processos educacionais, apresenta as orientações básicas do ensino no Brasil e os princípios da educação que devem ser executados pelas instituições de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases descreve a definição de educação suas relações sociais e afirma o posicionamento de que a educação não se configura apenas como processos de memorização de conteúdos e repetição de informações (BRASIL, 2020).

Compreende-se, então, a amplitude do conceito de educação preconizado pela LDB, além de conteúdos é necessário abranger aspectos formativos da vida familiar, das convivências sociais, e também considerar os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A lei que disciplina a educação escolar afirma também que a educação

deve se vincular ao mundo do trabalho e à vida em sociedade, estes conceitos são amplos e vão além dos redutos curriculares da disciplina considerando a formação de seres humanos vinculados às práticas sociais de cidadania (BRASIL, 2020).

A LDB ainda define que a Base Nacional Comum Curricular norteará os objetivos de aprendizagem no ensino médio, apresentando as seguintes áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas. Dentro dessas áreas do conhecimento estão obrigatoriamente incluídos os estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia (BRASIL, 2020).

Na sequência, é possível apresentar outro documento relevante na educação nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013). Segundo o documento, a cultura é o resultado de um esforço coletivo que conserva a vida humana e consolida a sociedade produzindo expressões materiais, simbólicas e valores éticos e estéticos. Além disso, afirma que uma formação integral possibilita o acesso a conhecimentos científicos e culturais e que tal formação deve conceber uma unicidade entre as dimensões científica, tecnológica e cultural.

A partir desta afirmação apreende-se qual o tipo de formação preconizada pelo Estado nas instituições de ensino em todo o território nacional. Percebe-se a necessidade e importância dos conhecimentos técnicos e científicos necessários para a vida cotidiana e para o repertório cultural dos cidadãos brasileiros, e, além disso, o documento cita a importância da articulação com os conhecimentos culturais para uma formação integral do ser humano. Outro aspecto importante citado no documento é a de formação crítica, acerca de padrões culturais e outros problemas pertinentes à vida em sociedade (BRASIL, 2013)

Pode-se compreender a partir dos documentos, que além de conteúdos de gramática, ortografia e literatura, deseja-se uma capacidade de interpretação de texto e leitura crítica e reflexiva para o conteúdo de língua portuguesa. Para além do conhecimento de colonização, história da África e da Europa, compreender quais os processos históricos que se iniciaram a séculos atrás e ainda interferem na vida em uma sociedade pós-moderna, entre internet 5G, corrida espacial para Marte, segregação racial e problemas de saneamento básico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica ainda afirmam que esta articulação descrita acima é necessária no ensino médio (BRASIL, 2013), haja visto que a LDB preconiza que além de tais conhecimentos é necessária também uma articulação com a realidade social e a inserção do jovem no mercado de trabalho. O documento supracitado reforça o estímulo à pesquisa, não apenas no sentido acadêmico, mas no sentido de busca de soluções para problemas encontrados na vida cotidiana e para o aprendizado de técnicas de busca de informações e conhecimentos em fontes

confiáveis e leitura da realidade.

Por fim, encontra-se nas Diretrizes (BRASIL, 2013) o importante papel das escolas para que esta formação de aluno idealizada legalmente seja executada na prática, tendo atenção nas demandas sociais, respeitando a constituição, o compromisso com os direitos humanos, a liberdade, segurança, bem estar e valores de uma sociedade fraterna. Reafirma a necessidade da formação com atenção nos conceitos de direitos humanos como norteadora da educação básica e do ensino médio, compreendendo que desta maneira seria possível toda a articulação de conhecimentos idealizada acima, formando um cidadão crítico e comprometido com o desenvolvimento nacional nos âmbitos social, técnico e cultural.

Especificando a discussão para o tema central que este breve texto pretende realizar, é necessário apresentar também os Parâmetros Curriculares Nacionais referentes à área de Linguagens, códigos e suas tecnologias da qual a Educação Física faz parte (BRASIL, 2006). O documento supracitado não se distancia dos valores e da visão preconizada pelos demais citados anteriormente, e de forma mais específica traz os conteúdos necessários para a realização das aulas de Educação Física no ensino médio e também as habilidades particulares da área que devem ser realizadas pelos professores:

Atualmente entende-se que a Educação Física, como disciplina escolar, deve tratar da cultura corporal, em sentido amplo: sua finalidade é introduzir e integrar o aluno a essa esfera, formando o cidadão que vai produzir, reproduzir e também transformar essa cultura. Para tanto, o aluno deverá deter o instrumental necessário para usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2006, p. 139).

Percebe-se o caráter de articulação científica-tecnológica-cultural que os outros documentos oficiais recomendam, contendo conteúdos específicos da Educação Física: os jogos; os esportes; as danças; as lutas; as ginásticas e demais conhecimentos relativos à cultura de movimento. Sendo assim, conforme a citação acima, ao finalizar o ensino médio o aluno deverá ter condições de usufruir destes conhecimentos específicos da Educação Física em prol de sua cidadania e qualidade de vida, tendo uma mínima leitura técnica e crítica destes conhecimentos adquiridos durante os três anos de estudo.

Os PCN também salientam a necessidade de articulação de conhecimentos para a compreensão de aspectos da linguagem corporal e das interações sociais executadas de forma não verbal, de modo que o estudante compreenda a relação de seu corpo com o espaço e também das interações com outras pessoas. Sendo assim, para além de técnicas corporais, é necessário que o aluno compreenda as relações e interações executadas por meio de gestos e movimentos, para que, através da linguagem corporal o aluno seja protagonista na produção e recepção de textos sem fala (BRASIL, 2006).

Ainda explorando os conceitos dos PCN (BRASIL, 2006), é explicitado que as aulas

de Educação Física devem superar o caráter recreativo da disciplina, não sendo apenas um momento de lazer e dispersão das outras disciplinas que majoritariamente tem seu espaço exclusivo em uma sala de aula convencional sem utilizar outros espaços da escola. É salientado que as aulas de Educação Física devem ser um espaço de discussão acerca da cultura de movimento. É descrito também que o aluno deve adquirir autonomia em relação à prática de exercícios físicos, utilizando os conhecimentos adquiridos nas aulas para seu bem estar. Por fim, o documento reforça as afirmações anteriores:

Atualmente entende-se que a Educação Física, como disciplina escolar, deve tratar da cultura corporal, em sentido amplo: sua finalidade é introduzir e integrar o aluno a essa esfera, formando o cidadão que vai produzir, reproduzir e também transformar essa cultura. Para tanto, o aluno deverá deter o instrumental necessário para usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. Reiteramos que atualmente a Educação Física, como disciplina escolar, deve tratar da cultura corporal, em sentido amplo: sua finalidade é introduzir e integrar o aluno a essa esfera, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e também transformá-la. Para tanto, é necessária a ressignificação das práticas comuns nas aulas da disciplina no ensino médio, tendo em vista a formação que se pretende, de acordo com as novas proposições para a disciplina no ensino médio (BRASIL, 2006, p. 151).

Conclui-se que da mesma forma que as outras disciplinas escolares devem se comprometer com a articulação entre o conteúdo ensinado nas aulas e a realidade, durante as aulas de Educação Física também se faz necessária essa tentativa. Utilizando-se então do bloco de conteúdos específicos relativos à cultura de movimento, o egresso do ensino médio deve ser capaz de discernir, dialogar e compreender os fenômenos sociais relativos às danças, as ginásticas, as lutas, o fenômeno esportivo contemporâneo, a prática de exercícios físicos em prol do lazer, saúde e bem estar, entre outros conhecimentos relativos às formas de expressão e linguagem não verbal.

Além desses documentos, é interessante também apresentar, brevemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos Superiores em Educação Física. O documento afirma a necessidade da formação de profissionais para a atuação na rede básica de ensino comprometidos com o projeto de educação nacional salientado nos documentos anteriores. A orientação em relação à carga horária referencial é de 3,200 (três mil e duzentas) horas, com a contemplação de uma formação humanista, técnica, crítica, reflexiva e também interdisciplinar (BRASIL, 2018).

Fora explicitado acima parte da legislação que trata de educação e também de Educação Física para que se tenha visão da compreensão dessa disciplina por parte do Estado. As orientações descritas são o conceito idealizado de trabalho na educação formal na disciplina de Educação Física, entretanto é possível compreender que grande parte deste discurso se inicia e encerra nos documentos oficiais e na legislação, uma vez que a realidade da educação básica brasileira é bem diferente. A seguir será possível

compreender parte dos problemas que fazem com que esta disciplina escolar esteja em constante ameaça do seu pleno exercício.

Um direito ameaçado

A partir dos documentos oficiais regentes da educação básica brasileira pode-se afirmar que a Educação Física é uma disciplina obrigatória no ensino médio, tendo como norte a problematização e articulação de conhecimentos relativos à cultura de movimento. Através da disciplina deve-se possibilitar aos alunos a compreensão dos fenômenos das práticas corporais de forma ampla e contextualizada com a realidade. Entretanto, existem diversos estudos demonstrando que a realidade presente no ensino médio das escolas brasileiras está bem distante do preconizado pela lei e pelo Estado.

Segundo Souza Filho (2010), desde o início da inserção da Educação Física nas escolas a disciplina esteve aliada às necessidades do Estado, tendo inicialmente um caráter tecnicista e fortemente influenciado por modelos ginásticos de desenvolvimento de corpos fortes e disciplinados. O autor afirma que a partir dos anos 1980 se teve uma abertura política maior no país e novas teorias da educação iniciaram diálogos e proposições pautadas em referenciais teóricos socioeducacionais.

Discussões mais aprofundadas no campo sociológico foram inseridas na Educação Física, entretanto, com a mudança de política do Estado se modificou também o trato com a educação e com o currículo escolar. Iniciativas que passaram a desconsiderar a importância ou relevância da disciplina puderam ser mais facilmente percebidas. Suraya Darido (1999) com o trabalho “Educação Física no ensino médio: reflexões e ações”, apresentava preocupação com a disciplina e com as mudanças que acabaram por precarizar o ensino já no início dos anos 2000.

É possível trazer à discussão, conforme Darido (1999), que mesmo sendo disciplina obrigatória existe uma série de possibilidades de dispensa para as aulas de Educação Física de acordo com o § 3º do Art. 26 da LDB. Estão dispensados das aulas os estudantes: do curso noturno que exerçam jornada de trabalho superior a seis horas; maior de trinta anos de idade; estudante que estiver prestando serviço militar; estudante doente que apresente laudo médico; estudante que tenha prole; entre outras pequenas especificidades.

Tais dispensas tendem a considerar apenas o caráter da disciplina no viés de desenvolvimento das capacidades físicas, destacando a possibilidade de prática de exercício físico orientado dentro da instituição escolar, que é válido e possível, mas desconsiderando todo o aspecto cultural e social que pode ser discutido e trabalho com os estudantes. Há de se considerar toda a formação humana e cultural através dos jogos,

da dança, das ginásticas, das lutas e outras práticas corporais, que podem agregar aos estudantes aspectos positivos que vão além dos benefícios para a saúde. Nesse sentido, as dispensas citadas acima estão em contradição com a formação preconizada pelos documentos.

Outra característica presente nos textos de Souza Filho (2010) e Darido (1999), são o deslocamento das aulas de Educação Física do turno normal, junto com as outras disciplinas, para o período do contraturno escolar. Segundo ambos os autores esta modificação da estrutura disciplinar da escola contribui para o afastamento de alunos e depreciação da disciplina, de modo que aparece como empecilho para que o aluno devidamente matriculado na escola pudesse comparecer às aulas. A necessidade de retornar para a casa e ter que novamente ir para a escola comprometendo mais horas do dia serviu de motivo para que mais alunos ficassem fora das aulas.

Um aspecto presente no ensino médio é a necessidade de preparação para o vestibular e demais exames de admissão no ensino superior. A escola deve preparar os alunos para que tenham êxito nesta etapa da vida, e mais uma vez a Educação Física é deixada de lado, por se considerar um momento em que não se está apreendendo conhecimentos para a aprovação. As disciplinas de Arte, Sociologia, Filosofia e Educação Física, proporcionalmente, têm pouca evidência nos exames de admissão em relação às outras disciplinas do currículo escolar. Tese corroborada por Darido (1999), a autora afirma que a definição profissional e preocupação com o futuro recebem destaque e as expectativas com a Educação Física ficam em segundo plano.

A exigência representada pelo vestibular que fora salientada por Darido (1999) décadas atrás estava apenas em processo inicial, sendo possível perceber essa exigência nos dias de hoje com maior força, sobretudo nas escolas privadas e nas tantas empresas travestidas de escolas com fim de preparação exclusiva para essas provas. A mesma característica é discutida por Souza Filho (2010), que apresenta a intensificação do processo em um período mais próximo dos dias atuais, o que demonstra que esta tendência da educação ainda está presente:

Há que se considerar também que, as escolas de ensino médio passaram a direcionar os seus objetivos educacionais com vistas ao vestibular como é o caso das instituições de ensino médio privado que vêem a Educação Física como uma disciplina que ‘atrapalha’ a vida escolar do pré vestibulando e, de forma anacrônica, utiliza o esporte como uma propaganda de suas potencialidades educacionais. Nesse contexto de dificuldades estruturais, a construção da identidade da Educação Física escolar ocorrerá, também, com as ações pedagógicas que valorizem as práticas corporais assim como a construção do conhecimento subjacente à sua linguagem. As práticas corporais como uma linguagem cultural dos jovens na sociedade contemporânea, se manifestam em vários espaços sociais e podem, assim como devem, ser discutidas, analisadas, criticadas e terem a sua compreensão ampliada no espaço escolar pela ação pedagógica da Educação Física no ensino médio (SOUZA FILHO, 2010, p. 1).

Conclui-se que tais características discutidas por Darido (1999) e Souza Filho (2010), de privilegiar o viés de preparação para o vestibular, influenciam em um processo de desvalorização da Educação Física escolar. De forma mais intensa, a Educação Física é deixada de lado nas escolas privadas e é precarizada nas escolas públicas. Nesse sentido, os conhecimentos presentes no bloco de conteúdos da Educação Física escolar são ignorados, e inúmeros alunos do ensino médio saem das escolas sem o mínimo de discernimento frente às demandas contemporâneas relativas à cultura de movimento, conforme afirma Souza Filho (2010):

Outro ponto para que se discuta no aspecto da organização didática, diz respeito ao planejamento das aulas e a metodologia aplicada no desenvolvimento das mesmas. É necessário compreender que, como uma disciplina curricular a Educação Física permite uma variedade de abordagens de conteúdos que vão além da repetição exaustiva da prática esportiva, além do que o tratamento pedagógico dado ao esporte está desvinculado de seus valores históricos, sociais, científicos, tecnológicos e culturais construídos ao longo do tempo (SOUZA FILHO, 2010, p. 1).

É salientado acima a necessidade de uma compreensão mais ampla do trabalho com esta área do conhecimento presente na escola, que está além de uma simples recreação ou momento de descontração para que os alunos descansem das enclausuradas salas de aula. Para além da abordagem esportiva, existem outros conhecimentos que podem enriquecer o repertório motor e cultural dos alunos dos últimos anos da educação básica no Brasil. Entretanto, existem outros problemas que vão além das metodologias, dos currículos escolares, e da discussão que fica no campo teórico e filosófico. Há de se considerar a realidade do chão da sala de aula das escolas brasileiras.

Darido (1999), afirma que uma das dificuldades relatadas por Professores de Educação Física diz respeito à estrutura presente nas escolas que desprivilegia e dificulta o correto andamento e realização das aulas, sobretudo em relação ao espaço físico. As aulas de língua portuguesa, matemática, biologia, história, arte, filosofia, geografia e outras presentes no currículo escolar podem ser realizadas na sala de aula convencional sem maiores problemas. Os modernos laboratórios, bibliotecas e outros espaços de estudo contribuem para a potencialização do ensino, entretanto, as aulas podem ser realizadas em uma sala com quatro paredes e lousa.

Já a realidade das aulas de Educação Física é diferente. Para que esta disciplina seja executada de forma plena se faz necessário uma quadra esportiva ou local equivalente que permita a livre realização de movimentos pelos alunos. É necessário um espaço que permita a realização de jogos, danças, lutas, e possibilite uma interação plena com o conhecimento discutido, o próprio corpo e o corpo de todos os outros envolvidos. Aulas realizadas em espaços que não são adequados podem estar fadadas ao fracasso, desestimulando professores e alunos.

É nesse sentido que se apresenta a contradição do Estado em relação à educação básica. O levantamento realizado por Mariz (2016) revelou que seis em dez escolas públicas no Brasil não têm quadras para a realização das atividades esportivas e as práticas corporais. Os dados relativos ao Censo Escolar de 2015 mostraram os estados do Maranhão e Acre com 90% das escolas da educação básica sem quadra, o índice no Rio de Janeiro ficou em 48,5% das escolas e São Paulo com 37,4%. Os estados com melhores resultados foram Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, e mesmo assim, com cerca de 30% das escolas sem o espaço para as aulas de Educação Física (MARIZ, 2016).

Mariz (2016), ainda apresenta a realidade de escolas públicas que têm a necessidade de utilizar espaços públicos próximos para a realização das aulas, submetendo alunos e professores à divisão dos espaços com usuários de drogas e aos riscos da criminalidade e violência urbana. Apresenta também a dificuldade em relação à aquisição de materiais esportivos. É relatado inclusive que por vezes cabem aos alunos a compra e empréstimo de materiais para a realização das aulas, demonstrando mais uma vez a ineficiência do Estado em relação à Educação Física.

Além destes problemas de falta de estrutura somam-se às contingências de estruturas ineficientes e inadequadas para o bom andamento das aulas. Dentro da relação das escolas que têm quadras para a realização das aulas de Educação Física, 42,6% delas não possuem cobertura, ou seja, alunos e professores estão submetidos às condições climáticas, sofrendo com o sol escaldante e chuvas fortes típicas de um país tropical. Desta forma, as aulas acontecem entre o risco de câncer de pele e de leptospirose. Conclui-se que mesmo as escolas que possuem quadra apresentam dificuldades para a execução dos conteúdos da cultura de movimento (MARIZ, 2016).

Percebe-se que existem inúmeros problemas presentes na educação brasileira e que vários deles contribuem de forma negativa para a área da Educação Física escolar. Além destes problemas, ainda é apontado por Mariz (2016) a falta de qualificação de professores para a ministração das aulas. Mesmo com a obrigatoriedade de professores formados em Educação Física para lecionar nos últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio, dados do Ministério da Educação apresentaram que apenas 34% dos professores possuíam a formação adequada, ou seja, professores de outras áreas do conhecimento acabavam por ministrar as aulas de Educação Física.

Os trabalhos de Darido (1999), Souza Filho (2010) e Mariz (2016) mostram que diversas são as dificuldades para que professores possam executar seu trabalho de forma digna e para que os alunos e alunas possam gozar do direito constitucional da educação. É possível perceber também que tais características são históricas e repetitivas ao longo de décadas, de modo a demonstrar que a realidade não está diferente com o passar dos anos, mesmo com o desenvolvimento econômico, tecnológico e educacional da maior potência econômica da América Latina.

É fato que a educação brasileira apresenta diversos problemas estruturais e conceituais, dificultando o trabalho de profissionais da educação e falhando na prestação de serviço com qualidade. Neste cenário, a Educação Física enquanto disciplina do currículo escolar sofre as dificuldades da precarização por parte do Estado. Sofre os questionamentos em relação à sua relevância frente a necessidade da preparação para o vestibular e ao trato pedagógico deficitário executado por professores sem formação específica.

Ao longo da leitura dos textos acima e da compreensão da conjuntura social e educacional relatada diariamente na grande mídia e no desabafo de professores e pesquisadores nas redes científicas e sociais, se faz possível perceber indícios da confirmação da tese inicial proposta para esta discussão. Percebe-se que a Educação Física escolar é um direito dos alunos e alunas no Brasil em constante ameaça de seu pleno funcionamento. A bibliografia consultada dá indícios de que esta relação histórica conflituosa não dá sinal de melhoras e que se fazem necessárias iniciativas por parte dos atores sociais envolvidos e do Estado para que esta realidade se modifique.

A justificativa da Educação Física

Os documentos oficiais consultados para esta discussão deixam claros a necessidade da presença da Educação Física nas escolas brasileiras, entretanto, a distância da realidade projetada nos documentos e questionamentos teóricos filosóficos em torno da disciplina produzem um cenário liminar e marginal dentro da realidade escolar brasileira. Se apenas a obrigatoriedade legal não é suficiente para o pleno funcionamento da disciplina, é possível elencar dois pontos de vista convergentes para a justificativa da presença e da relevância da Educação Física no ensino médio: o ponto de vista relativo à saúde e o ponto de vista teórico relativo aos conhecimentos da cultura de movimento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a inatividade física é um fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis e também para a mortalidade. A recomendação da OMS para a faixa etária de 5 a 17 anos é que se deve acumular um mínimo de sessenta minutos de atividade física diária de intensidade moderada a vigorosa. Afirma também que atividade física acima de sessenta minutos contribui para um benefício ainda maior à saúde. Essas atividades devem ser majoritariamente aeróbicas e devem ser incluídas ao menos três vezes por semana atividades para fortalecimento de músculos e ossos (OMS, 2010).

As recomendações mais recentes reforçam os dados trazidos anteriormente e acrescentam que o comportamento sedentário está associado a diversas condições que

podem trazer malefícios à saúde, como o aumento de índices de gordura corporal, saúde cardiometabólica deficitária e inclusive problemas com o sono. É recomendado também cuidados com o tempo em que os jovens passam diante das telas (celulares, computadores, tablets e similares). É apontado que os benefícios para a saúde são percebidos a longo prazo, inclusive, até a idade adulta, sendo necessário a estimulação e também oportunização de atividades físicas para crianças e adolescentes (WHO, 2020).

Destarte, o baixo índice de atividade física e o sedentarismo entre jovens pode representar um fator de risco para doenças e para uma condição de saúde deficitária. Um estudo realizado por Hallal et al. (2006), demonstrou que 49% dos meninos e 67% das meninas entre 10 e 12 anos do grupo estudado apresentaram comportamento sedentário, sobretudo nas classes sociais mais altas. Este dado serve de alerta e aponta para a necessidade de intervenção em tal comportamento de crianças e adolescentes, esta intervenção pode ser oportunizada pela escola, tendo grande impacto positivo.

Além desses indícios é possível trazer outros estudos que corroboram com esta perspectiva. A pesquisa de Datar e Sturm (2004) ao investigar a relação entre o tempo de prática da Educação Física e o Índice de massa corporal (IMC) no ensino fundamental conclui que a expansão das aulas de Educação Física pode contribuir no combate à obesidade, principalmente entre as meninas. A pesquisa de Esteban-Cornejo et al. (2015), apontou que a participação de três ou mais aulas de educação física durante a semana estavam relacionadas com um melhor desempenho escolar, tese corroborada pelos estudos de Singh et al. (2012), Mota et al. (2015) e Pandolfo et al. (2017), que encontraram indícios de que a prática de exercícios físicos e esportes estão relacionadas a um bom desempenho escolar e também à melhoria da capacidade cognitiva de jovens.

Considerando a saúde em um aspecto amplo, deve-se levar em conta a saúde mental dos jovens que estão neste período de preparação para o vestibular. Um estudo realizado com estudantes de um curso pré-vestibular revelou que 61,7% dos entrevistados apresentaram alguma forma de estresse físico, que pode se associar e desencadear problemas como: dores de cabeça, fadiga, úlceras, acne, excesso de sudorese e ganho de peso. Fora apresentado também estresse psicológico, resultando em ansiedade, depressão, insônia, falta de ânimo e disposição para atividades diárias (PERUZZO et al., 2006).

Na mesma linha de raciocínio, a pesquisa realizada por Pires et al. (2004), selecionou jovens de 15 a 19 anos de idade a fim de analisar seus hábitos de atividade física. Foi verificado que os adolescentes passavam a maior parte do tempo realizando atividades que não exigiam grande esforço físico. 43,1% de um total de 754 adolescentes apresentaram níveis de estresse prejudicial à saúde. Os adolescentes que apresentavam níveis de estresse adequado para a saúde eram os que realizavam atividades físicas intensas. Foi verificado então que quanto maior o tempo de atividade física, menor o nível de estresse prejudicial.

Compreende-se que os exercícios físicos orientados alinhados com alimentação adequada contribuem de forma significativa para a promoção da saúde e qualidade de vida, promovendo a prevenção primária de doenças (MACIEL, 2007). Desta forma, uma intervenção diária nas escolas em conjunto com uma discussão acerca da importância de hábitos saudáveis pode contribuir de forma positiva para a saúde dos jovens do ensino médio. Considerando que os alunos do ensino médio estão cinco dias por semana nas escolas, este seria o local de excelência para a promoção da saúde e aprendizado sobre o corpo.

Além das claras evidências de impacto positivo na saúde dos jovens através de uma intervenção diária, há de se considerar também a relevância social e pedagógica desta disciplina. Conforme a legislação, faz-se necessário uma intervenção no que diz respeito ao bloco de conteúdos da Educação Física, discutindo as danças, ginásticas, lutas, o fenômeno esportivo e demais conhecimentos da cultura de movimento. Esta intervenção profunda está intimamente ligada à uma tendência crítica da Educação Física, e não apenas à repetição de gestos técnicos. Conforme afirma Kunz (2001):

O objeto de ensino da Educação Física é assim, não apenas o desenvolvimento das ações do esporte, mas propiciar a compreensão crítica das diferentes formas de encenação esportiva, os seus interesses e os seus problemas vinculados ao contexto sociopolítico. É na prática, permitir apenas o desenvolvimento de formas de encenação do esporte que são pedagogicamente relevantes (KUNZ 2001, p. 73).

A prática das aulas de Educação Física sob um ponto de vista crítico pode fornecer ao aluno uma compreensão ampla do fenômeno esportivo e também dos outros conteúdos relativos à essa disciplina enquanto manifestações socioculturais e históricas. Desta forma, tomando como exemplo, trata-se de executar a capoeira nas aulas, mas também discutir a inserção desta prática na sociedade brasileira, discutir as relações de poder que se têm presentes, o processo de dominação que se deu durante o período escravocrata, discutir a marginalização da capoeira e da pessoa negra na sociedade brasileira.

Utilizar o futebol como conteúdo, mas não apenas trabalhar as técnicas e táticas presentes, que são fundamentais, mas abordar este esporte de forma contextualizada. Discutir como o futebol se insere na sociedade brasileira, como se dão as relações de gênero presentes, o preconceito relacionado à prática por mulheres, os processos de exclusão do esporte de alto rendimento, os valores milionários movimentados pelos grandes clubes e a dificuldade de ascensão financeira pelos jogadores de pequenos clubes. É necessário que se realize a discussão dos aspectos técnicos, mas não findar a prática neles. É necessário possibilitar uma discussão da realidade do esporte que permita a percepção do estudante de sua inserção nessa realidade. Tratando deste assunto, é possível recorrer a Kunz (2001) que executa a discussão de esporte através de uma abordagem crítica:

a escola é por excelência o lugar social específico onde a organização da situação educativa é formal e explícita e onde o espaço pedagógico é penetrado de intenções políticas. Neste espaço pedagógico o profissional da Educação Física deve propiciar pela historicidade do seu conteúdo específico, uma compreensão crítica das encenações esportivas. Sua intencionalidade pedagógica específica não é apenas auxiliar o aluno a melhor organizar e praticar o seu esporte, ou seja, encenar o esporte de forma que dele possa participar com autonomia, mas é acima de tudo uma tarefa de reflexão crítica sobre todas as formas da encenação esportiva (KUNZ, 2001, p. 73).

As encenações esportivas estão inseridas na nossa sociedade através do futebol na televisão e nos campos de várzea, através das academias de artes marciais espalhadas pelo Brasil e os golpes de karate e finalizações de jiu-jitsu brasileiro nas competições internacionais de MMA. As discussões relativas às relações com que os esportes e as práticas corporais apresentam com a sociedade são dever da Educação Física escolar, tais aulas devem ser o lugar necessário e adequado para que os alunos compreendam esses fenômenos. Os professores e professoras de Educação Física devem assumir o compromisso de oportunizar tais discussões.

A própria Base Nacional Comum Curricular considera a Educação Física dentro da área de linguagens. O documento afirma que a motricidade e a corporeidade humana são atos de linguagem, nesse sentido, a Educação Física para jovens do ensino médio deve contribuir para a compreensão do usufruto, produção e transformação da cultura corporal de movimento (BRASIL, 2018). É necessário que se compreenda esta disciplina para além dos aspectos fisiológicos e motores, que também são importantes e extremamente relevantes para esta área do conhecimento, mas que não são a única possibilidade de estudo, trabalho e discussão dentro das escolas brasileiras.

Considerações finais

A legislação brasileira considera a importância da Educação Física e sua relevância enquanto área de conhecimento e componente curricular. A disciplina é obrigatória e está presente na maior parte dos anos escolares na educação básica, do ensino fundamental ao ensino médio. A Lei de Diretrizes e bases da educação nacional, os Parâmetros curriculares nacionais e as Diretrizes curriculares nacionais apontam na direção de uma formação ampla, considerando aspectos técnicos, culturais e sociais da cultura de movimento, englobando o fenômeno esportivo, danças, lutas e demais formas de expressão através do corpo.

Entretanto, de forma contraditória à toda a legislação, a realidade da Educação Física escolar brasileira é bem diferente. Grande parte das escolas não têm estrutura adequada para a prática e não têm professores devidamente capacitados para ministrar as aulas que são executadas em condição marginal em relação às outras, como:

realocação da disciplina no contraturno, facilidade de dispensa dos alunos, escassez de materiais, entre outros problemas presente no dia a dia das escolas. Além das dificuldades mencionadas, existe o descaso em relação à disciplina, que por vezes é considerada inútil frente aos exames de admissão nas universidades, o Exame nacional do ensino médio e a formação para o mercado de trabalho.

É importante salientar a relevância da Educação Física no ensino médio, frente a todas as adversidades e condições precárias. São relevantes os conhecimentos pertinentes à cultura de movimento, aos fenômenos esportivos contemporâneos, à economia em torno do esporte e todas as práticas corporais que podem ser discutidas apenas nesta disciplina. É necessário oportunizar para os alunos e alunas a prática de exercícios físicos orientados e contextualizados com a realidade. É necessário considerar e trabalhar o aspecto da saúde envolvido, já que estudantes do ensino médio passam a maior parte da semana na escola.

Faz-se necessário o engajamento de todos os atores sociais envolvidos para a modificação de um cenário tão complexo, entre professores e alunos, gestores e legisladores, e também por parte do Estado. Alterações na carga horária da disciplina, agregando mais aulas na semana, o acesso a materiais de qualidade e melhorias nas quadras esportivas e espaços dedicados para a aulas seriam o início de um caminho, que também necessita de mais investimento e atenção do Estado. Essas mudanças de caráter prático e objetivo são necessárias para que a Educação Física seja executada como é preconizada nos documentos oficiais e nas idealizações teóricas. Mudanças pontuais podem modificar uma pequena bolha da realidade, mas muito ainda precisa ser feito para uma mudança efetiva em âmbito nacional.

Esta pesquisa teve por intenção executar a discussão no campo teórico, trazendo dados que pudessem contextualizar o cenário que pode ser encontrado nas escolas brasileiras e apontar para caminhos que possam modificar esta realidade. Sugere-se novas pesquisas para que se compreenda melhor o fenômeno, e também novas proposições e práticas que venham a contribuir com a área da Educação Física e a educação em geral no Brasil.

Referências

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)**. Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 6/2018**. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, pp. 48 e 49, 19 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DATAR A, STURM R. Physical education in elementary school and body mass index: evidence from the early childhood longitudinal study. **Am J Public Health** 2004; 94:1501-6.

ESTEBAN-CORNEJO, I., TEJERO-GONZALEZ, C. M., SALLIS, J. F., & VEIGA, O. L. (2015). Physical activity and cognition in adolescents: A systematic review. **Journal of Science and Medicine in Sport**.

HALLAL, P, C. et al. Prevalência de sedentarismo e fatores associados em adolescentes de 10-12 anos de idade. **Cadernos de Saúde Pública**. 2006, v. 22, n. 6 pp. 1277-1287. Epub 29 Maio 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000600017>.

KUNZ, E. **A transformação didático-pedagógico do esporte**. 4ª Ed. UNIJUÍ. Ijuí. 2001.

MACIEL, E. S. Atividade física e alimentação adequada para promoção da saúde. In **Saúde coletiva e atividade física**. Organização Roberto Vilarta. Campinas. Ipes editorial, 2007.

MARIZ, R. **Seis em dez escolas públicas no Brasil não têm quadras para atividades físicas**. O Globo, 07/08/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/seis-em-dez-escolas-publicas-do-brasil-nao-tem-quadras-para-atividade-fisica-19871349>. Acesso em: 20/01/2021.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTA J, et al. Atividade Física e Rendimento Acadêmico: Uma Revisão Sistemática de Sete Revisões Sistemáticas. **J Sport Pedag Res**. 2015;1(6):24-9.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Recomendaciones mundiales sobre actividad física para la salud**. OMS, Genebra, 2010. Disponível em: <<<https://www.who.int/publications/i/item/9789241599979>>> Acesso em: 21/01/2021.

PANDOLFO, K.M.C. et al. Physical activity and academic performance in high school students. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, 2017;22(5):486-92.

PERUZZO, A. S. et al. Estresse e vestibular como desencadeadores de somatizações em adolescentes e adultos jovens. **Psicol. Argum**. 2008 out./dez., 26(55), 319-327.

PIRES, E.A.G. DUARTE, M.F.S. PIRES, M.C. SOUZA, G.S. Hábitos de atividade física e o estresse em adolescentes de Florianópolis-SC, Brasil. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, 12:51-56, 2004. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/542>. Acesso em 21/01/2021.

SINGH A, et al. Physical activity and performance at school: a systematic review of the literature including a methodological quality assessment. **Arch Pediatr Adolesc Med**.

2012;166(1):49-55.

SOUZA FILHO, M. A Educação Física como componente curricular: trajetória histórica e possibilidades atuais no Ensino Médio. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 15, N° 150, Noviembre de 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on physical activity and sedentary behaviour**. OMS, Genebra, 2020.

Recebido: 15.04.2021
Aprovado: 20.06.2021